

O papel da Revolução Cubana nas revoluções terceiro-mundistas durante a Guerra Fria: o internacionalismo cubano em Angola e na Nicarágua

João Vitor Correa Nogueira

Karina Ruiz

Marielli Prestes Bittencourt

Rodrigo Führ

*Vitória Gonzalez Rodriguez**

RESUMO: Este artigo trata sobre o papel da Revolução Cubana para o Terceiro Mundo, em especial para Angola e Nicarágua, no contexto da Guerra Fria. Cuba, por meio da sua política externa - calcada no internacionalismo e, em certa medida, na exportação da revolução - influenciou diversos países terceiro-mundistas em seus processos revolucionários. Para tal, foram importantes o envio de cubanos para as operações além-mar, bem como sua participação em treinamentos militares. Foi dessa maneira que o Estado cubano, ainda que menor do que as Grandes Potências, logrou influenciar a dinâmica da Guerra Fria, sendo importante para o tabuleiro geopolítico da época e para o estabelecimento de zonas de influência.

PALAVRAS-CHAVE: Cuba; Revolução; Terceiro Mundo; Guerra Fria; Angola; Nicarágua.

* Graduandos em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

1 Introdução

O presente artigo visa a explicitar a considerável importância de Cuba no contexto da Guerra Fria. A pequena ilha caribenha¹, depois do seu processo de Revolução - terminado em 1959 - logrou, por meio do internacionalismo e da sua política externa revolucionária, influenciar as dinâmicas do confronto Leste-Oeste, sendo peça importante para o estabelecimento de zonas de influência. Assim, este texto busca evidenciar a capacidade cubana de ser um Estado solidário em termos internacionalistas, capaz de aliar discurso à prática na consecução do objetivo de fortalecer processos revolucionários no Terceiro Mundo.

O artigo está dividido em três seções, além da introdução e da conclusão. Na primeira, faz-se uma contextualização histórico-teórica acerca da Revolução Cubana em si, com especial atenção para o conceito de internacionalismo e seu impacto no Sistema Internacional, de maneira geral, e para a influência no confronto Leste-Oeste, de maneira mais particular. Na seção seguinte, faz-se uma abordagem mais prática da política externa e do internacionalismo cubano, descrevendo as formas pelas quais Cuba projetou sua política externa revolucionária para os países terceiro-mundistas, desde o envio de técnicos e profissionais até a atuação militar direta na África, na Ásia e na América Latina. Por fim, na terceira seção, têm-se dois estudos de caso com relação à influência de Cuba: em Angola e na Nicarágua. Tais casos são reflexos do impacto da ilha para além de suas fronteiras.

No contexto de Guerra Fria, a descolonização, bem como processos revolucionários e conceitos como nacionalismo e internacionalismo, importam: nota-se a transformação do Terceiro Mundo em um palco de importantes disputas não só ideológicas, mas também estratégicas. Nesse sentido, a intensa aproximação entre Cuba e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), principalmente depois da aliança entre China e Estados Unidos da América (EUA) em 1971, é importante para o equilíbrio de forças. O eixo Havana-Moscou passou, então (na década de 1970), a apoiar mais fortemente as revoluções terceiro-mundistas, em um contrabalanço ao eixo Washington-Pequim. Nesse cenário, o papel de Cuba e

¹ Azicri (1988, p. 233) destaca a localização estratégica da ilha, a qual considera “central para o seu desenvolvimento histórico”. Nesse sentido, destaca-se a proximidade ao Mar do Caribe, ao Golfo do México, ao Atlântico, ao Canal do Panamá, ao México e aos Estados Unidos.

da Revolução Cubana é crucial e a projeção do seu internacionalismo tem impactos nas Relações Internacionais até hoje.

2 Breve contextualização histórica e teórica

A presente seção busca contextualizar histórica e teoricamente a exportação da revolução. Nesse sentido, uma rápida passagem sobre o histórico da Revolução e do processo de construção do nacionalismo cubano em si é essencial para que se possa dimensionar as mudanças que ocorreram na ilha - e que esta projetou para outros países por meio de sua política externa internacionalista e revolucionária.

2.1 O processo de libertação nacional e a construção do nacionalismo em Cuba

Para entender melhor a Revolução Cubana, é importante considerar sua relação com os EUA na virada do século XIX para o XX. Nesse sentido, cabe considerar que, por mais que pequena e isolada fisicamente, Cuba - principalmente devido à sua produção de açúcar - sofreu com intervenções históricas de potências coloniais e imperialistas. Desde a proclamação do Destino Manifesto², a ilha caribenha fora vista como uma extensão do território estadunidense. Já para o final do século XIX, sob a égide da Doutrina Monroe, o confronto da Espanha com o governo norte-americano permitiu que, enfim, este último colocasse Cuba sob sua esfera de influência, tendo a Emenda Platt³ como segurança da subserviência cubana.

A dependência cubana surge logo nos primeiros anos da atuação norte-americana. Nesse sentido, Kacpia (2010) destaca a ocupação militar unilateral dos EUA sobre Cuba entre 1898 e 1902, que teve como motivações: (i) garantia da estabilidade; (ii) “americanização” das atitudes cubanas; (iii) erradicação do poder do novo nacionalismo cubano; e (iv) criação de um “Estado-cliente” na ilha. A manutenção de uma forte vinculação das economias, mesmo depois da retirada

2 Crença e doutrina que serviu como base ideológica para a expansão do território dos Estados Unidos para além de suas fronteiras originais, influenciando, inclusive, a projeção de poder norte-americana nas ilhas caribenhas.

3 Emenda adotada pelo Congresso estadunidense e que estava presente na Constituição Cubana de 1901. Em sua principal atribuição, a Emenda Platt permitia intervenção militar direta a qualquer momento que o interesse norte-americano fosse ameaçado (PEREIRA, 2013). Tal documento, de acordo com Kacpia (2010, p. 15), formalizava o status cubano enquanto um “protetorado” ou “nova colônia”.

formal dos EUA, fez com que Cuba sentisse amargamente as crises econômicas dos anos 1920, deixando 25% da população em situação de desamparo e, em 1933, diminuindo pela metade a produção nacional de açúcar (PEREIRA, 2013). A situação precária fez surgir movimentos revolucionários em Cuba, que foram respondidos com o aumento da repressão do governo pró-EUA e com o surgimento de figuras autoritárias como Fulgencio Batista. Pode-se afirmar que, sem a atuação direta e agressiva dos EUA, a Revolução Cubana não teria obtido substrato na sociedade para atuação.

A Revolução Cubana, mesmo com todas as forças contrárias que tentaram desestabilizá-la, é um projeto revolucionário bastante singular, que dura quase 60 anos. Entre os processos históricos que conduziram a essa revolução, Kapcia (2010) destaca a combinação de dois: o colonialismo prolongado a que Cuba foi submetida até 1898; e o neocolonialismo que se seguiu a partir de então - por parte da Espanha e dos EUA, sucessivamente. Ao longo do processo revolucionário que objetivava a queda do regime de Batista, Kapcia (2010) destaca três fatores importantes: o surgimento de Fidel Castro como principal líder da oposição; o desenvolvimento de um compromisso com a revolução social e com o anti-imperialismo, principalmente em função das guerrilhas na Sierra Maestra; e o enfraquecimento do regime de Batista em função tanto da sobrevivência e do sucesso das guerrilhas quanto da forte repressão do regime da situação.

Cabe, também, ressaltar que o processo revolucionário vitorioso está inserido em um contexto de revoluções de libertação nacional no Terceiro Mundo. De acordo com Hobsbawm (1990), a nação é qualquer grupo de pessoas suficientemente grande cujos membros se consideram como parte de uma nação. Nesse sentido, o autor conceitua o fenômeno do nacionalismo a partir da obra de Ernest Gellner (1983), segundo o qual o nacionalismo é o princípio que sustenta que a unidade política e nacional deve ser congruente. Além disso, há um sentimento de pertencimento, que faz com que o nacionalismo preceda à nação. A partir disso, pode-se analisar os impactos da Revolução Cubana na construção e consolidação do nacionalismo cubano, considerando o ambiente pré-revolucionário, no qual surgem as primeiras formas de nacionalismo em Cuba.

A luta pela independência cubana - diga-se o processo revolucionário em si - teve início no século XVIII, mas há quem sustente que a Revolução iniciou ainda nos primeiros anos da colonização, a partir da resistência do cacique taíno⁴ Hatuey, considerado “o primeiro rebelde da América”, aos colonizadores espanhóis, representados sob a figura de Diego Velásquez (CHOMSKY, 2015; GOTT, 2006). Sendo assim, em 1795, com base nas ideias iluministas, surge o primeiro movimento independentista organizado por Nicolás Morales que tinha por objetivo unir negros e brancos sob essa causa. Em 1810, há uma tentativa mais séria de independência, como retrata Gott (2006), aproveitando-se da fraqueza do Estado espanhol devido à invasão napoleônica na Espanha. Esse movimento foi o primeiro a evocar o passado indígena, recuperando a figura de Hatuey. A partir da mobilização sobre um passado comum e sobre um mártir genuinamente cubano, pode-se considerar esse o primeiro passo para o surgimento de um nacionalismo em Cuba.

Ressalta-se, nesse período, a participação das “pessoas de cor livres”⁵ nos movimentos de independência em Cuba, sobretudo inspiradas pela rebelião escrava que logrou a independência do Haiti, que aliada ao crescimento da população negra escrava na ilha alarmava os colonizadores que temiam um “novo Haiti”. Nesse sentido, surge em alguns setores da sociedade cubana um certo rechaço pela grande presença negra no país, excluindo-os, até mesmo, da nacionalidade cubana⁶. Em 1868, Carlos Manuel Céspedes - posteriormente chamado de “pai da nação” - declara o Grito de Yara, que dá início à revolução de independência em Cuba que se prolonga durante uma década. Essa rebelião ficou conhecida como a Guerra dos Dez Anos e, segundo Gott (2006), foi tanto uma guerra civil quanto uma guerra racial. A guerra de independência se estendeu até a intervenção estadunidense em 1898 e, após isso, até a Revolução de 1959. É nesse contexto de luta independentista que surge o herói cubano José Martí, o qual se destacou no campo intelectual⁷, fundou o Partido Revolucionário Cubano em 1892, e morreu prematuramente em 1895, em campo, um ambiente pouco comum a ele.

4 Povo indígena que habitava a maior parte de Cuba durante o século XVI.

5 Ex-escravos e seus filhos.

6 Nas palavras de Antonio Saco: “A nacionalidade cubana sobre a qual falei, e a única nacionalidade que deveria preocupar todos os homens sensíveis, é aquela formada pela raça branca” (GOTT, 2006, p. 72).

7 Em relação ao pensamento martiano, convém destacar que, embora influenciado pelo pensamento de Bolívar acerca da importância de uma união dos povos colonizados como meio de garantir seu equilíbrio com as nações europeias, o “insuficiente desenvolvimento das forças revolucionárias na Ásia, África e América Latina”

Com a implementação da Emenda Platt, em 1902, ao fim da ocupação estadunidense em Cuba, o país se torna independente, inaugurando a chamada República Cubana. Contudo, ainda que liberta dos laços coloniais, a população não havia “se constituído como povo cubano, ou uma nação com identidade própria” (WRIGHT, 1910 apud GOTT, 2006, p. 136). Ou seja, a independência não foi suficiente para que houvesse a constituição de um nacionalismo unificador, capaz de criar uma nação.

Fruto dos processos revolucionários anti-imperialistas de libertação nacional do pós-Segunda Guerra Mundial, é a Revolução Cubana, em 1959, que logra a criação da nação cubana:

Sob Castro, Cuba tornou-se um país comunista em que o nacionalismo era mais importante do que o socialismo, onde a lenda de Martí mostrou-se mais influente do que a filosofia de Marx. A habilidade de Castro, e uma das chaves da sua longevidade política, está em manter os temas gêmeos do socialismo e do nacionalismo permanentemente em movimento. (GOTT, 2006, p. 173)

Nesse sentido, há uma retomada na figura histórica de José Martí, que se converte em uma espécie de mentor da Revolução cuja liderança está representada por Fidel Castro. A partir desse momento, Cuba se torna de fato independente, diferentemente da situação de 1902. Com a vitória da Revolução, o nacionalismo cubano ganha novo significado. Segundo Gott (2006, p. 219): “Castro atrelara a locomotiva revolucionária às poderosas forças de um nacionalismo cubano renovado e estava acima de qualquer questionamento”. O nacionalismo pressupõe a unidade da população a partir de um sentimento comum. Ademais, uma sociedade coesa se torna mais resistente às adversidades. nesse sentido, a Revolução Cubana assegura a unidade da população pelo Partido Comunista de Cuba como mecanismo de coesão nacional, conforme consta no artigo 5º da Constituição de Cuba:

(SERRACINO, 2015, p. 25, tradução nossa), levou Martí a defender a união das ilhas caribenhas, aliadas a alguma potência europeia, como forma de influenciar o equilíbrio internacional. Esta visão acerca da importância de balancear as relações exteriores do país se relaciona a importância da autonomia para a política externa cubana, conforme veremos na sequência

“El Partido Comunista de Cuba, martiano y marxista-leninista, vanguardia organizada de la nación cubana, es la fuerza dirigente superior de la sociedad y del Estado, que organiza y orienta los esfuerzos comunes hacia los altos fines de la construcción del socialismo y el avance hacia la sociedad comunista” (CUBA, 2014, p.12)

Sendo assim, o nacionalismo se configura como um dos pilares que sustentam a Revolução em Cuba. O caráter socialista e revolucionário do país, portanto, não deve ser analisado sem levar em consideração o nacionalismo cubano a ele imbricado.

2.2 O internacionalismo cubano: impacto da Revolução Cubana e de sua Política Externa no Sistema Internacional

A Revolução, enfim, teve sua “aurora” em janeiro de 1959, quando Fidel, em um discurso em Santiago, deixou claro que daquela vez seria diferente do que fora em 1898: os Estados Unidos não tomariam o poder novamente, pois a Revolução lograra tomá-lo (GOTT, 2006). Para melhor entendimento do processo revolucionário cubano, faz-se necessária a compreensão de dois conceitos: nacionalismo e internacionalismo.

Cabe considerar o paradoxo desempenhado pelo conceito de nacionalismo: se, por um lado, fomenta guerras, ditaduras e ascensão de regimes como o fascismo, por outro, foi o que engendrou lutas de libertação nacional para que países colonizados pudessem se tornar independentes e para que processos revolucionários de cunho socialista pudessem angariar apoio - inclusive o cubano (LÖWY, 2000). Conceitualmente, Löwy (2000, p. 78) desenvolve que

uma nação não pode ser definida tendo apenas como base critérios abstratos, externos e “objetivos”. A dimensão subjetiva, ou seja, a consciência de uma identidade nacional, a vitalidade da cultura nacional, a existência de um movimento político nacional, também é importante. (...) É importante fazer uma distinção cuidadosa entre, de um lado, o sentimento de identidade nacional, o apego a uma cultura nacional, a consciência de pertencer a uma comunidade nacional, com seu próprio passado histórico e, de outro lado, o nacionalismo. O nacionalismo enquanto ideologia compreende todos esses elementos, mas também uma coisa a mais, que é o ingrediente decisivo: a escolha da nação como valor primordial do ponto de vista social e político, valor ao qual todos os outros devem ser, de qualquer forma, subordinados.

É importante considerar que “o socialismo marxista é fundamentalmente oposto ao nacionalismo” (LÖWY, 2000, p. 80). Isso se dá tanto por não se considerar a nação um “ente monolítico” (no sentido de indiferenciado), quanto por se considerar a importância da fidelidade não à nação, mas ao proletariado - sujeito histórico internacional - e à transformação socialista do mundo - objetivo histórico internacional (LÖWY, 2000). Nesse sentido, “o socialismo é, então, um movimento internacionalista em razão do caráter universalista e humanista de seus valores e de seus objetivos” (LÖWY, 2000, p. 80). Apesar disso, não se pode esquecer que o internacionalismo não se desenvolve sem o reconhecimento de direitos nacionais e da igualdade entre as nações, pois esses elementos são condições necessárias para a solidariedade internacional entre as nações.

Com relação ao paradoxo e às contradições que envolvem os conceitos de nacionalismo e internacionalismo, pode-se dizer, resumidamente, que o primeiro tem uma dimensão emancipadora, no sentido de possibilitar processos de independência e de rebelião contra opressões; ao mesmo tempo, acaba limitado por seus particularismos. É nesse sentido que pode haver certa complementaridade com o segundo conceito: a solidariedade internacionalista, símbolo do segundo, depende dos contextos históricos e do combate político, e pode vir seguida do nacionalismo - como no caso de Cuba.

Prova da íntima relação entre o internacionalismo e a política externa cubana é a presença cubana em revoluções africanas e latino-americanas. Nesse sentido, Visentini (2014) destaca o envolvimento cubano nas colônias portuguesas depois da Revolução dos Cravos. Segundo o autor, Cuba representa “a nação latino-americana de mais longa e ininterrupta presença no continente africano, no qual exerce grande influência, mesmo que não diretamente econômica” (VISENTINI, 2014, p. 56). A presença cubana na África, por exemplo, não só apoiou estrategicamente e militarmente movimentos de libertação nacional, como cooperou em termos sociais e formou quadros políticos e técnicos no continente (VISENTINI, 2014).

Como fruto da aliança do internacionalismo com a política externa de Cuba, tem-se a exportação da revolução a partir do pequeno país insular. Nesse sentido, cabe ressaltar a importância de Cuba para a soberania de Angola, para a defesa da revolução na Etiópia e para a independência da Namíbia (VISENTINI,

2014), bem como para a defesa de movimentos revolucionários em países latino-americanos, como a Nicarágua e a Bolívia. Fernández (2003) caracteriza como exportação da revolução tanto o apoio a guerrilhas, de modo mais específico, quanto a defesa de causas de caráter progressista, de modo mais geral.

2.3 Influência do internacionalismo no confronto URSS versus EUA

Na esteira da Guerra Fria, a defesa do anticolonialismo mostrava-se importante. Assim, Moscou e Havana foram peças-chave na detenção das pretensões sino-americanas no continente africano. Nesse sentido, cabe destacar, por um lado, o envolvimento direto de Cuba e o envolvimento indireto do Pacto de Varsóvia no continente, que foram importantes para a formação de novas elites africanas e para a construção estatal (VISENTINI, 2014).

É nessa época, no começo da década de 1960, que surge o Movimento dos Não Alinhados (MNA), institucionalizando muitos dos princípios discutidos em Bandung. O MNA, pautando a autodeterminação e a independência dos povos como importantes bandeiras, não ficou isento de heterogeneidade dentre seus membros. Nesse sentido, Cuba muitas vezes agiu de modo a contestar os EUA, defendendo a URSS frente ao MNA (FERNÁNDEZ, 2003; PEREIRA & MEDEIROS, 2015). Domínguez (1989) destaca que, assim como Cuba auxiliou diversos países do MNA em termos militares, econômicos e técnicos, tais países foram muito importantes para Cuba em termos comerciais, sendo os principais mercados para as crescentes exportações cubanas de açúcar. Em uma linha similar está a Conferência Tricontinental de Havana, ocorrida em 1966, em que ocorre a fundação da Organização de Solidariedade dos Povos da África, Ásia e América Latina. Essa Conferência teve como pauta a condenação do imperialismo, do colonialismo e do neocolonialismo; nesse sentido, foi símbolo da solidariedade revolucionária, centralizando questões referentes a lutas por libertação nacional (PEREIRA & MEDEIROS, 2015).

A relação entre Cuba e a União Soviética pode ser dividida em diferentes períodos. Da Revolução Cubana até o fim da década de 1960, a prioridade da política externa cubana foi a consolidação de sua revolução - sem que isso impedisse a exportação desta. Existiam divergências entre Cuba e a URSS no entendimento

sobre a melhor estratégia revolucionária; assim, o período não foi símbolo de muita sintonia. A participação de Cuba no MNA gera desconfianças no Kremlin que, apesar disso, não deixa de apoiar Havana. Do final da década de 1960 até meados da década de 1970, ocorre um aprofundamento da aproximação entre Cuba e a URSS, o que permitiu, em função do apoio econômico e militar, maior protagonismo internacional cubano ao longo dos anos 1970 (FERNÁNDEZ, 2003; PEREIRA & MEDEIROS, 2015).

Com relação ao papel de Cuba nas revoluções terceiro-mundistas, Domínguez (1989) destaca que o nível de apoio da ilha a movimentos revolucionários variou ao longo do tempo, mas esteve sempre presente desde 1959. Foi característica-símbolo de sua política externa por motivos tanto ideológicos quanto estratégicos - vinculados, inclusive, à própria sobrevivência do regime. Com relação a isso e, indiretamente, a movimentos contrarrevolucionários, Fidel disse, em discurso de encerramento da Conferência Tricontinental de Havana:

os imperialistas estão em todo o mundo. Para os revolucionários cubanos, o campo de batalha contra eles engloba o mundo inteiro... E assim nosso povo entende... que o inimigo é único e o mesmo [...] E assim, dizemos e proclamamos que o movimento revolucionário em toda esquina deste mundo pode contar com lutadores cubanos (CASTRO apud DOMÍNGUEZ, 1989, p. 116).

O papel de Cuba, bem como o dos Estados Unidos, para movimentos revolucionários e contrarrevolucionários no Terceiro Mundo é importante em função, como afirmado, do estabelecimento de zonas de influência. Nesse sentido, cabe considerar objeções de um país ao outro: ao passo que os EUA criticam Cuba por suas relações com a URSS, pelo emprego de tropas além-mar e pelo apoio a movimentos revolucionários, Cuba critica as sanções econômicas norte-americanas e a ocupação de Guantánamo, por exemplo (DOMÍNGUEZ, 1989). É nesse sentido que o apoio a revoluções e contrarrevoluções também está atrelado ao desejo de diminuição da força do inimigo.

3 A política externa cubana: Internacionalismo na prática

Em 1959, no berço do Estado revolucionário, o arquipélago cubano contava com menos de 7 milhões de pessoas. Mesmo assim, seu internacionalismo ecoou em todo o Terceiro Mundo e, como já se afirmou, mudou a estrutura do embate entre as duas grandes potências da época. Para se entender o porquê da projeção da Revolução Cubana ter sido tão expressiva, é necessário entender que seu projeto de política exterior não foi uma completa novidade revolucionária.

Mas antes, para analisar a política externa cubana, é útil ter em mente as fases das relações internacionais de países revolucionários sugerida por Halliday. Para o autor, estes países passam por: (i) um “período de graça” frente ao sistema internacional; (ii) uma fase de conflito entre um ativismo revolucionário de projeções internacionais e forças contrarrevolucionárias; (iii) uma fase de aparente “normalização” das relações, em que a revolução parece estar contida; e (iv) uma fase de confronto a longo prazo (HALLIDAY, 1999, p. 136). Analisando Cuba, Segrera (1988 *apud* SILVA, 2012), sugere uma periodização que vai de encontro à de Halliday: (i) entre 1959 e 1962, há o estabelecimento uma política externa ativa e independente que buscou evitar o isolamento; (ii) entre 1962 e 1970, uma etapa de isolamento; (iii) entre 1970 e 1979, a etapa de socialismo institucionalizado, com grande aproximação aos países do Conselho de Ajuda Mútua (CAME); e após de 1980, (iv) uma etapa de consolidação revolucionária, marcada pela ampliação das relações diplomáticas cubanas.

Cuba, em seu ponto mais extremo, está localizada a meros 140 quilômetros dos Estados Unidos da América. Sua produção de açúcar sempre fora atrativa para as potências mundiais, e o isolamento físico da ilha a obrigara a manter laços constantes com seus vizinhos mais próximos e também com a América Latina. O internacionalismo não se caracterizou como uma anormalidade pós-revolução; o que mudou foi tão somente a forma pela qual a República Cubana se projetou mundo afora. A busca por manter laços permite compreender porque os revolucionários, antes de tomarem o poder, dirigiram somente “críticas limitadas a política do governo dos EUA e as atividades que as empresas de mesma nacionalidade desenvolviam em Cuba.” (DOMÍNGUEZ, 1998, p. 184, tradução nossa). Contudo, tornava-se claro para parte dos dirigentes que as reformas pretendidas levariam a um conflito

com os EUA. Assim, enquanto em março de 1959 Castro, então primeiro ministro, deu as boas vindas ao capital estrangeiro, a viagem feita poucos meses depois aos EUA, inicialmente para buscar fundos, tornou-se um momento decisivo:

¿Podrían sus líderes llevar a cabo una revolución auténtica y radical con el apoyo de la United Fruit Company, la Coca-Cola, el Chase Manhattan Bank o la Standard Oil? ¿Aceptaría Fidel Castro la austeridad económica que predicaba el Fondo Monetario Internacional (FMI), abrazaría a Richard Nixon, vicepresidente de Estados Unidos, y proclamaría la amistad entre Estados Unidos y Cuba ante las puertas de la base naval de Guantánamo? Durante el viaje a Estados Unidos dijo a su gabinete económico que no debían pedir ayuda extranjera a altos funcionarios del gobierno estadounidense, el Banco Mundial, o el FMI (...) (DOMÍNGUEZ, 1998, p. 186)

Não que os EUA fossem financiar a Revolução Cubana. Se do lado cubano avançavam as expropriações de empresas estrangeiras - iniciadas com a reforma agrária e que tomaram força após negativa das empresas estrangeiras de refinar petróleo comprado na URSS -, do lado estadunidense aumentavam as medidas de boicote econômico e a organização de forças contrarrevolucionárias, em grande parte formada por exilados cubanos (DOMÍNGUEZ, 1998).

Concomitante ao avanço do bloqueio estadunidense houve um aumento na atuação diplomática cubana. Sob direção do chanceler Raul Ochoa, foi feita uma reestruturação e um crescimento do Ministério de Relações Exteriores cubano para que, com destacado domínio sobre economia internacional e assuntos militares, tivesse capacidade de atuar como um ministério de vanguarda (BELLO, 1999 *apud* SILVA, 2012). Nessa primeira fase da revolução, a diplomacia cubana buscou manter uma política globalista, atuando em fóruns internacionais para defender-se daqueles que buscavam isolar o país e, pelas circunstâncias, passou a aproximar-se aos países socialistas.

Quando a Organização dos Estados Americanos (OEA) votou uma condenação a suposta interferência de outras potências no continente, Castro respondeu com o que seria conhecido como a I Declaração de Havana, de setembro de 1960. Nesta, Castro, em nome da Assembleia Nacional, agradece o apoio sino-soviético, manifestando apoio a estes países frente a política de hostilidade e isolamento levada a cabo pelos Estados Unidos e, sob imposição, pelos demais países latino-americanos

(CASTRO, 1960). Cabe lembrar que Kruschev, poucos meses antes, havia declarado que os mísseis soviéticos estavam dispostos a defender Cuba - sinalizando uma cooperação militar que levaria, dentre outras coisas, a Crise dos Mísseis de 1962⁸. A revolução tomava seus rumos enquanto Castro condenava a “exploração do homem pelo homem e a exploração dos países subdesenvolvidos pelo capital financeiro imperialista.” (CASTRO, 1960, tradução nossa), afirmando que manteria as relações com os países socialistas - e em janeiro de 1961, as relações entre EUA e Cuba seriam oficialmente rompidas.

É preciso considerar que a atuação do Estado revolucionário cubano no Sistema Internacional ocorreu em várias esferas. A primeira - e mais básica - delas é o fato de sua própria sobrevivência ser um importante acontecimento internacional. Nos cinquenta anos anteriores à tomada de Havana pelos revolucionários, Cuba não somente era uma aliada dos Estados Unidos, mas completamente dependente da atuação da nação norte-americana. Ter uma anomalia ao seu modelo tão perto de sua própria casa serviu (e ainda serve) como ameaça aos ideais estadunidenses e, conseqüentemente, como uma limitação ao poder americano. Sua simples existência serviu para diminuir a projeção da potência na região do Caribe e da América Central, permitindo que surgissem outras insurreições à dominação norte-americana, desgastando, assim, o governo dos Estados Unidos (VISENTINI, 2013).

A imagem simbólica de Estado revolucionário fora uma das mais importantes contribuições de Fidel para o Terceiro Mundo. Surgindo em um vácuo de atuação da maior potência socialista e em um momento de heterogeneidade no bloco socialista, aquilo que Westad (2007) chamou de divisão sino-soviética, Cuba conseguiu projetar-se como um modelo desse novo movimento. Utilizando-se de sua transformação social interna, o discurso cubano alicerçava-se na necessidade de uma “real independência” da atuação imperialista, conquistada por meio de um fortalecimento da soberania dos Estados menores. A tese caribenha, especialmente para a América Latina, era de que o Terceiro Mundo deveria tomar uma postura de não alinhamento e de neutralidade frente às grandes potências (PEREIRA, 2013).

⁸ Conforme destaca Domínguez, Castro, mesmo pesando o crescente isolamento cubano, reconheceria que a atuação da URSS fora a que, naquele momento, havia salvo seu governo (DOMÍNGUEZ, 1998). Ademais, a relação com a URSS proporcionará a Cuba a proteção militar e uma considerável capacidade militar, diminuindo a pressão estadunidense, auxílio econômico e, como lembra Silva, “a possibilidade de apoiar materialmente os movimentos revolucionários no Terceiro Mundo.” (SILVA, 2012, p. 77).

Não é só a uma imagem revolucionária anti-estadunidense que Cuba pode ser relacionada. O seu desafio ao curso socialista programado pela União Soviética e a seu dogma político serviu - e muito - para a consagração de um movimento não alinhado. O apoio soviético dado às revoluções terceiro-mundistas, por mais primordial para a sobrevivência do campo revolucionário durante a Guerra Fria, geralmente era focado no âmbito militar - falhando, assim, em fornecer maior apoio aos Estados revolucionários (PEREIRA, 2013).

Cuba, por sua vez, teve um papel central no continente americano através da construção da estratégia de defesa revolucionária ativa. Esta determinava como resposta aos ataques dos EUA a internacionalização do conflito, através do apoio a guerrilhas e a operações encobertas no vizinho do norte (HALLIDAY, 1999). Seu símbolo é a I Conferência de Solidariedade dos Povos da Ásia, África e América Latina⁹, conhecida como I Tricontinental, sediada por Cuba em 1966. Nesta, além da fundação da organização de mesmo nome e da Organização Latino-americana de Solidariedade, Castro declarou apoio a “qualquer movimento revolucionário em qualquer parte do mundo”, enquanto Guevara, vendo que o Terceiro Mundo seguia marcado por guerras, sonhava com dois, três, vários Vietnãs¹⁰ (SUÁREZ, 1966 *apud* HALLIDAY, 1999, p. 118; GUEVARA, 1967).

Ademais, a II Declaração de Havana proferida em 1962 é, para Halliday, marco da entrada da política externa cubana em sua fase confrontativa. Feita em resposta a expulsão de Cuba da OEA, a declaração também critica indiretamente a política soviética de convivência pacífica com os EUA, ao argumentar que os povos não teriam reais benefícios em quaisquer alianças com o imperialismo. Questionando os ataques estadunidenses a Cuba, Castro aponta que o medo estadunidense da revolução cubana era, em essência, medo do levantamento dos povos latino-americanos, pois, ainda que revoluções não fossem exportáveis, as condições objetivas estavam dadas e as subjetivas poderiam ser construídas - e,

9 Dentre os participantes estavam protagonistas de vários movimentos de libertação nacional, como Fidel Castro, Salvador Allende e Amílcar Cabral. Sua realização ter sido feita em Havana corrobora com a perspectiva de que Cuba pretendia fortalecer o Movimento dos Não Alinhados e, consecutivamente, projetar seu modelo de revolução.

10 “¿Cómo podríamos mirar el futuro de luminoso y cercano, si dos, tres, muchos Vietnam florecieran en la superficie del globo, con su cuota de muerte y sus tragedias inmensas, con su heroísmo cotidiano, con sus golpes repetidos al imperialismo, con la obligación que entraña para este de dispersar sus fuerzas, bajo el embate del odio creciente de los pueblos del mundo!” (GUEVARA, 1967).

como afirmou então, o dever de todo revolucionário é o de fazer a revolução¹¹ (CASTRO, 1962, p. 20).

A retomada da ideia de dever revolucionário serviu, também, como reprovação à falta de atuação soviética na realização das revoluções mundo afora. Seu desempenho, fortificando uma terceira via, em conjunto com o da revolução vietnamita, fortaleceu uma alternativa para a esquerda global que não o de entrada no “segundo mundo” soviético. Essas ações indiretas alimentaram uma imagem inspiradora para a unidade que surgia entre os não alinhados. Conforme Westad (2007, p. 198), o “exemplo desses revolucionários implicou uma licença para entrar em ação voltado por e para si mesmos, ao contrário da dominação militar estadunidense ou a dogmática política Soviética”.

A política externa cubana, contudo, não se focou somente na imagem de esperança, de transformação social e de resistência, nem em ações indiretas. Azicri (1988) bem reconhece que a política externa revolucionária cubana era um misto de um pragmatismo necessário para sua sobrevivência e um desejo de exportar o seu ideal revolucionário. Sua primeira aproximação - logo após a mudança de governo - foi com o governo reformista e moderado da Venezuela, ainda antes da tomada de qualquer medida mais radical no seu internacionalismo, e, como vimos, o rompimento com os Estados Unidos e a sucessão de rupturas nas relações econômicas e diplomáticas dos países latino-americanos foram mais inevitáveis do que intencionais, tornando necessária uma busca por outras alternativas (PEREIRA, 2013).

A saída prevista, então, era para o bloco socialista¹². Entretanto, seguindo seu ideal de “real independência”, Cuba não via como uma possibilidade continuar

11 “Aplastando la Revolución Cubana, creen disipar el miedo que los atormenta, el fantasma de la revolución que los amenaza. Liquidando a la Revolución Cubana, creen liquidar el espíritu revolucionario de los pueblos. Pretenden, en su delirio, que Cuba es exportadora de revoluciones. En sus mentes de negociantes y usureros insomnes cabe la idea de que las revoluciones se pueden comprar o vender, alquilar, prestar, exportar o importar como una mercancía más. (...) Pero el desarrollo de la historia, la marcha ascendente de la humanidad, no se detiene ni puede detenerse. (...) Las condiciones subjetivas de cada país — es decir, el factor conciencia, organización, dirección — pueden acelerar o retrasar la revolución según su mayor o menor grado de desarrollo; pero tarde o temprano, en cada época histórica, cuando las condiciones objetivas maduran, la conciencia se adquiere, la organización se logra, la dirección surge y la revolución se produce.” (CASTRO, 1962, p. 9-10).
12 Nesse sentido, Hobsbawm aponta que, para além da própria ideologia social-revolucionária dos cubanos, as atitudes dos Estados Unidos em razão de um anticomunismo apaixonado e em defesa de seus investimentos inclinavam “os rebeldes latinos antiimperialistas a olhar Marx com mais bondade” (HOBSBAWN, 1985, p. 427 apud SILVA, 2012, p. 47).

um mero fornecedor de matérias primas brutas e, conseqüentemente, dependente de uma das potências. Assim, sua resolução era a de fortalecer esse novo bloco - de não alinhados - principalmente nos seus países vizinhos. Essa primeira abordagem com os países caribenhos e latino-americanos não era, portanto, a exportação de um modelo ideológico revolucionário *per se*, mas também uma política defensiva aos ataques estadunidenses (AZICRI, 1988). A necessidade de se tornar uma potência regional ficou clara conforme o cerco fechava em torno de seus aliados econômicos e o medo de um isolacionismo escalava.

Corroborando a ideia de política defensiva, pode-se analisar outra parte do discurso proferido por Fidel Castro na Conferência Tricontinental. Nesse excerto, o líder revolucionário confirma a hipótese de Azicri (1988) em relação ao pragmatismo para sua sobrevivência, ao mesmo tempo misturado com um discurso fortemente ideológico.

Nós somos uma pequena nação, não muito distante das costas da metrópole do imperialismo. *Nossas armas são eminentemente defensivas*. Mas nossos homens, de todo coração, nossos militantes revolucionários, nossos combatentes, estão dispostos a lutar contra os imperialistas em qualquer parte do mundo. (CASTRO apud LANIC, 1966, p. XX, grifo nosso)

Essa nova identidade nacional - não mais aliada a uma grande potência, mas sendo ela mesma o pivô de um movimento - trouxe o Estado revolucionário para mais perto dos aliados latinos, colaborando para a superação do isolamento imposto à ilha. Por outro lado, também permitia amenizar a pressão externa sobre a população cubana. Nas palavras de um dos combatentes cubanos na Bolívia:

Ele [Castro] nos explicou a importância de nos prepararmos com grande força e determinação, porque se Cuba precisava gastar dez mil dólares para criar um combatente como nós, custaria ao imperialismo mais de cem mil para destruí-lo... Conduzindo a luta na América Latina, nós também faríamos com que o imperialismo, que então concentrava todos seus esforços sobre Cuba, tivesse que liberar imediatamente 50% da pressão exercida sobre o país e colocá-la em direção a América do Sul. ("Benigno", 1996 apud HALLIDAY, 1999, p. 121, tradução nossa)

O internacionalismo guerrilheiro¹³, personificado nos ideais guevaristas fortificou-se até 1967, quando Guevara foi morto na Bolívia. Entre 1963 e 1964, Cuba havia treinado pelo menos 1500 guerrilheiros na região do Caribe e da América Latina (WESTAD, 2007). As guerrilhas, entretanto, encontraram problemas desde o seu início; a falta de apoio soviético e do suporte de Partidos Comunistas nacionais fez com que a política não progredisse.

Cuba caminhava, então, para o período de institucionalização e normatização do processo revolucionário. Destaca-se o surgimento do Partido Comunista Cubano (PCC) e a realização de seu I Congresso em 1975, que levaria a aprovação, por plebiscito, da Constituição de 1976. No que concerne ao aqui discutido, cabe ressaltar que a Cuba, uma vez integrada a planificação econômica do Conselho de Ajuda Mútua (CAME) desde 1972, elabora uma Constituição semelhante às dos países do Leste europeu, nos quais o PCC, a propriedade estatal e o planejamento econômico centralizado eram basilares (SILVA, 2012). No que concerne a política externa, destacam-se o Artigo 11, em que Cuba situa-se como integrante da comunidade socialista, e o Artigo 12, em que o país adota os princípios do internacionalismo proletário e da solidariedade combativa dos povos (CUBA, 1976), condena o imperialismo e:

b) condena la intervención imperialista, directa o indirecta, en los asuntos internos o externos de cualquier Estado, y, por tanto, la agresión armada y el bloqueo económico (...);

c) califica de delito internacional las guerras de agresión y de conquista; reconoce la legitimidad de las guerras de liberación nacional, así como la resistencia armada a la agresión y a la conquista, y considera su derecho y su deber internacionalista ayudar al agredido y a los pueblos que luchan por su liberación (...) (CUBA, 1976)

Na periodização sugerida, este período de institucionalização seria também o de, sobretudo no caso cubano, *aparente* contenção da revolução. Simultaneamente ao escasseamento gradual das políticas guerrilheiras, o internacionalismo

13 De acordo com Halliday, as primeiras operações visando auxiliar ou fomentar focos guerrilheiros tiveram início em 1962 e, nos anos seguintes, “Cuba estava de uma forma ou outra apoiando guerrilhas em quase todos os países latino-americanos, exceto México.” (HALLIDAY, 1999, p. 120).

da ilha caribenha começou a tomar uma nova forma. Seu apoio moldou-se em uma concepção, agora sim, terceiro-mundista; sua política de confronto na América Latina tornou-se uma política de cooperação, com o fortalecimento de discursos esquerdistas e de não alinhamento (PEREIRA, 2013), e seus olhos abriram-se para as lutas da Ásia e da África. Seu apoio à descolonização africana foi essencial para a vitória de movimentos revolucionários (principalmente de Angola, Argélia e Etiópia), ao mesmo tempo em que fortaleceu seu vínculo com países terceiro-mundistas. Seu envolvimento direto em Angola, principalmente, foi inesperado para o bloco capitalista, suscitando uma vitória à ilha e ocasionando um salto qualitativo na projeção da política externa cubana. Para comparação, em 1965 400 soldados cubanos estavam atuando na África Central (GLEIJESES, 2003); já entre 1975 e 1990, Cuba enviou 300 mil soldados para missões além-mar, tendo constantemente 30 a 50 mil soldados atuando na África, na Ásia e na América Latina (DOMÍNGUEZ, 2001).

A atividade da ilha caribenha na África começou já em 1962, apoiando os movimentos de descolonização da Argélia. Oferecendo as “bases da cooperação médica (civil) e militar com a Frente de Libertação Nacional (FLN) da Argélia” (PEREIRA, 2013, p. XX), Cuba começava a alicerçar o seu apoio direto às revoluções terceiro-mundistas. O envio de Guevara para Angola em 1964 demonstrou para o mundo a preocupação de Cuba com os movimentos de descolonização. Conforme a agressão estadunidense aumentava, mais a proeminência do internacionalismo cubano expandia.

As maiores vitórias da política externa cubana vieram nos dez anos seguintes ao surgimento do Estado revolucionário. A doutrina pragmática já demonstrada nos anos anteriores continuou na década de 1970, com um comprometimento maior com a questão africana. Duas grandes vitórias aconteceram neste momento no continente: a defesa do governo de Agostinho Neto em Angola (a mais crítica vitória cubana e com maior influência no Sistema Internacional) e o apoio ao governo revolucionário Etíope. A atuação em Angola foi um marco para o internacionalismo cubano; quanto à Etiópia, a maior problemática esteve no fato de o embate ter ocorrido não contra uma potência imperialista, mas contra um companheiro terceiro-mundista (Somália, que tinha ambições territoriais na região). O

envolvimento cubano, que passou de 400 militares para 16 mil em 1978 (AZICRI, 1988), esteve pautado na contenção da ambição somali ao território etíope - o que Fidel considerou como uma atitude marcadamente imperialista.

Por mais que seu lastro de atuação na África e na Ásia fosse maior do que somente essas duas vitórias (contando com atuação no Zimbábue, na Namíbia e outros), não só de vitórias militares caracterizou-se a política externa cubana do período. De fato, uma nova esfera de atuação começou a se consolidar no período e persistirá até mesmo após o período da Guerra Fria. Centro de *expertise* em áreas acadêmicas, Cuba enviou milhares de especialistas nas mais diversas áreas da sociedade para ajudarem na construção de uma África pós-revolucionária (em saúde, educação, agricultura e construção civil, por exemplo) e cerca de 20 mil civis voluntários para atuarem na região. O espírito internacionalista em muito expandiu com essa medida; devido à vitória de uma pequena ilha caribenha em duas das maiores guerras por procuração (*proxys*) da década e à uma interação vis-à-vis com países terceiro-mundistas africanos, o laço cubano com o resto do mundo estreitou-se e a revolução conseguiu um novo suspiro de incentivo e orgulho (PEREIRA, 2013).

A atuação de Cuba, nos próximos anos, esteve mais focada no Movimento dos Não Alinhados. Em 1979, Havana foi a sede do sexto encontro dos não alinhados; entre 1979 e 1983, Fidel presidiu a organização, falando por ela nas instituições mais diversas, fazendo inclusive discursos na ONU. Seu apoio técnico e militar aos países em desenvolvimento persistiu, chegando a ter 50 mil cubanos cumprindo missões mundo afora e 2 mil profissionais da área de saúde dando suporte aos países do Terceiro Mundo (AZICRI, 1988). Na década de 1980, até o final da Guerra Fria, o discurso Cubano absorveu as demandas do movimento, defendendo, por exemplo, o não pagamento da dívida externa dos países latinos como forma de promover o desenvolvimento. Sua atuação tornou-se mais moderada e de cooperação.

No Caribe, a questão não era diferente. Vinte anos depois da Revolução Cubana, em 1979, enfim outro país da região seguiu o modelo cubano de enfrentamento à atuação estadunidense. A revolução dos sandinistas depôs o ditador Anastasio Somoza Debayle, pró Estados Unidos, e pôs fim à dinastia Somoza no

governo nicaraguense. O apoio cubano fora importante para o surgimento da Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN) nos anos 1960, fornecendo armamentos e treinamentos (principalmente por meio da *Dirección de Inteligencia Cubana*, ou “DI”, um órgão de inteligência criado pelo movimento revolucionário), embora tenha diminuído nos anos 1970. De forma direta, somente em 1978 a República Cubana voltou a atuar na Nicarágua, fornecendo auxílio para a revolução. Estando tão perto de casa, Cuba também auxiliou com técnicos e profissionais, além de um câmbio de civis voluntários. Os dois Estados caribenhos, unidos, lutaram contra um inimigo em comum¹⁴. Por serem tão relevantes para o Terceiro Mundo e para o internacionalismo cubano, adentraremos mais a fundo nos casos da Nicarágua e de Angola na próxima seção.

4 Estudos de caso

O internacionalismo cubano não representou apenas um apoio aos países socialistas; mais do que isso, representou um apoio aos países terceiro-mundistas. Ao apoiar países que realizaram revoluções ou que estavam em processo de descolonização, Cuba reforçava os laços latino-americanos com a África, promovia o ideal revolucionário e fortificava uma alternativa às políticas das grandes potências. O auxílio fornecido por Cuba superava não apenas em proporções, mas também em valores absolutos, o apoio fornecido por países do Primeiro Mundo em assistência humanitária ao Terceiro Mundo. Os 10 mil cooperantes cubanos, se comparados aos salários da Organização das Nações Unidas, equivalem à toda ajuda da ONU ao Terceiro Mundo durante os anos 1970 (MOREIRA & BISSIO, 1979).

A seguir, a atuação da Cuba em dois conflitos pivôs para o sua projeção externa será analisada mais a fundo. Primeiro, será abordada a vitória na manutenção do Estado revolucionário angolano, que simbolicamente representa quão longe a pequena ilha caribenha conseguiu influenciar as relações internacionais da Guerra Fria. Em seguida, tem-se uma análise mais próxima da realidade latino-americana: sobre o apoio dado à revolução sandinista nicaraguense, que serviu como símbolo

¹⁴ O apoio dado por Cuba à Nicarágua consistiu, da mesma forma que a projeção para a América Latina no início dos anos 1960, em uma política de defesa contra o “Estado que pretendia os destruir”. Para mais informação, ver Halliday (1999).

da repressão norte-americana aos processos revolucionários e do potencial cubano de desafiar a grande potência ianque.

4.1 Angola

Em novembro de 1975, Cuba lançou a iniciativa militar contando com 36 mil soldados para combater a invasão de Angola pelo Zaire e pela África do Sul. O apoio cubano, contudo, foi muito além da defesa militar; aliás, operações como esta são exceção dentre as experiências da ilha. O internacionalismo cubano é muitas vezes compreendido como apenas uma parte do campo soviético, porém é preciso diferenciar o campo socialista das políticas de Cuba, sendo possível afirmar que os esforços cubanos no final dos anos 1980 eram uma tentativa de combater o reformismo de Gorbatchev. Apesar dos objetivos iniciais da operação cubana não incluírem um engajamento tão grande como se demonstrou com os anos, a necessidade de constante envio de novos reforços para manter a segurança das operações resultou em uma escalada sem precedentes (GEORGE, 2005). A esfera militar do internacionalismo cubano representou apenas uma face de todo o auxílio prestado aos países africanos, e o compromisso com esse ideal permitiu a Cuba ser o único país do Terceiro Mundo capaz de projetar uma influência exterior tão grande durante a Guerra Fria (LOPEZ, 2002).

Mesmo depois de vencer a guerra de libertação nacional, o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) precisou lidar com duras oposições internas e externas ao mesmo tempo em que reconstruía o Estado. Além de herdar uma capacidade estatal reduzida do Estado colonial português, Angola precisou lidar com um país arrasado pela guerra interna que continuava na luta armada contra o Zaire e a África do Sul. O socialismo foi encontrado como a melhor alternativa para fornecer bases ideológicas na construção de um Estado que oferecesse um novo modelo de sociedade à população, contando com o apoio de Cuba para reduzir as lacunas nos serviços públicos de saúde, educação, segurança, transporte e construção civil (CASTELLANO, 2015).

A ajuda cubana pode ser dividida entre os militares e os cooperantes voluntários, que se caracterizavam pelo forte comprometimento com a causa. Os serviços prestados pelos cooperantes cubanos envolviam a construção de edifícios e a

reconstrução de pontes destruídas, a realização de projetos agrícolas, pecuários, avícolas, na pesca e nas repartições públicas. Eles trabalhavam incansavelmente, chegando a 10 ou 12 horas diárias de trabalho, incluindo algumas horas durante os sábados, recebendo trinta dólares mensais a mais que seus salários na ilha. Ao contrário dos técnicos europeus, os cubanos não exigiam altos salários nem condições de vida específicas, demonstrando a grande importância da educação e da ideologia no apoio à construção dos países africanos. Possuindo maior concentração em Angola após a guerra, a ajuda técnica cubana também se destaca na capacidade de improvisação e de reparação de peças antigas, tendo em vista possuírem dificuldades similares na ilha (MOREIRA & BISSIO, 1979).

Ao contrário de alguns países latino-americanos como o Brasil da década de 1970, os cubanos não buscavam na África uma expansão de seu mercado interno, e forneciam maior auxílio humanitário e técnico se comparado aos vizinhos latino-americanos. A cooperação e a busca pela libertação eram vistas como desafios comuns a ambos. Se internacionalista é aquele capaz de se sacrificar pelos outros povos, os cubanos, nas lutas de libertação em Angola, cumpriram seu dever - auxiliando o processo de descolonização e a revolução nacional. (MOREIRA & BISSIO, 1979)

4.2 Nicarágua

Desde que foi controlada pelos americanos, em um longo processo de exploração, até o sucesso da Revolução, a luta de libertação de Cuba sempre foi contra o poderio dos EUA. Sendo assim, além do internacionalismo como princípio de atuação nas revoluções mundiais, o dever cubano contra a exploração da Nicarágua representava um esforço em função da empatia por já ter sofrido processo similar no passado.

Não se tem como objetivo, aqui, demonstrar a similaridade entre os casos históricos de Cuba e da Nicarágua; contudo, é evidente que ambos contêm claras semelhanças, principalmente um governo autoritário apoiado pelos Estados Unidos. Essas semelhanças desencadearam o temor norte-americano de que ocorresse uma repetição do êxito da Revolução Cubana. Enquanto isso, a revolução na Nicarágua, ao obter sucesso em 1979, instaurou um sistema democrático, multipartidário, de

economia mista e que buscava o não alinhamento a qualquer das superpotências. Ambas ideias de um sistema socialista e liberal coexistiam no país, mostrando o caráter de revolução popular com cooperação de alguns setores da burguesia. Além disso, a revolução sandinista não ocorreu apenas com as bases estabelecidas por Cuba; desde a criação da Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN), em 1961, a organização uniu anti-imperialismo, marxismo, valores cristãos e valores liberais (PEREIRA, 2013).

A revolução na Nicarágua ocorreu em um período em que Cuba buscava maior moderação em seu envolvimento no apoio às revoluções no Caribe e na América do Sul, tendo em vista seu grande envolvimento em Angola e nas grandes campanhas contrarrevolucionárias dos Estados Unidos. Nesse sentido, a ajuda cubana à Nicarágua impeliu os soviéticos a apoiarem o novo regime e a estabelecerem laços comerciais (WESTAD, 2007).

O processo contrarrevolucionário liderado pelos Estados Unidos incluiu os Contras, movimento anti-sandinista, veementemente apoiados pela Doutrina Reagan. Os Contras operavam a partir de sua sede em Honduras e realizavam ataques no norte da Nicarágua, destruindo pontes, escolas, hospitais, fazendas. Provocaram a morte de mais de 50 mil pessoas e o deslocamento de mais de 250 mil camponeses. Desde a luta contra o regime de Somoza, Cuba forneceu grande apoio logístico e militar ao movimento sandinista e, quando a FSLN chegou ao poder, o apoio cubano estendeu-se a áreas da saúde e da educação (PEREIRA, 2013). Para balancear os movimentos apoiados pelos EUA, os países socialistas, incluindo Cuba, forneceram amplo apoio para a luta revolucionária depois da ascensão ao poder.

Dessa forma, pode-se observar que o apoio cubano à Nicarágua foi feito em duas frentes: primeiramente, visando ao sucesso da revolução; em seguida, o processo de estruturação do Estado e o combate às contrarrevoluções promovidas pelos Estados Unidos. O internacionalismo cubano também possui a dualidade terceiro-mundista e socialista; mesmo que uma não exclua a outra, é possível compreender as preocupações e os objetivos da ilha. Assim, almejando uma sociedade internacional e a fortificação de laços entre os países que sofreram com potências

estrangeiras, Cuba conseguiu opor-se à presença americana e constranger o apoio soviético a revoluções no Terceiro Mundo.

5 Considerações finais

Uma vez consolidado o nacionalismo cubano durante o processo revolucionário, ele passa a possuir um caráter internacionalista. Tal elemento aparece, conforme visto, na busca por construir uma política externa de vanguarda ainda nos primeiros anos de revolução. Pode-se inferir, nesse sentido, a importância que o processo de coesão nacional teve no fortalecimento do Estado para que o mesmo pudesse se projetar externamente no momento posterior à Revolução. Ainda assim, mesmo o cubano mais otimista não poderia ter imaginado, na década de 1950, que a pequena ilha caribenha obteria *status* e importância maiores do que muitos Estados com maior poder econômico e militar. Nos 32 anos desde o triunfo da Revolução Cubana - quando da tomada de Havana pelos revolucionários - até a queda do regime soviético, Cuba projetou-se como uma liderança do Movimento dos Não Alinhados, constituiu uma terceira via com objeções às duas potências mundiais e foi catalisadora da independência de vários Estados antes sob domínio imperialista ou ditatorial. Sua presença na América Latina, na África, na Ásia e no Oriente Médio foi pautada em uma luta constante contra o colonialismo, com intervenções militares ou técnicas em vários Estados revolucionários, sendo destacado o seu papel em Angola e na Nicarágua.

A exportação da revolução não se resume a dar suporte técnico-militar aos Estados em processo revolucionário, mas em fornecer apoio para a consolidação e a fortificação dos Estados terceiro-mundistas. Não foi apenas por meio do socialismo que Cuba revolucionou o Sistema Internacional, mas também por meio de suas políticas de cooperação Sul-Sul, mostrando que além de uma alternativa a um sistema *econômico* também existia uma alternativa a um sistema *político* internacional.

O maior legado do internacionalismo cubano, portanto, extrapola suas intervenções. A vitória em Angola e a insubordinação frequente a qualquer tipo de dependência trouxe seu espírito de resistência e transformação social como um modelo de Estado revolucionário. É impossível pensar no Terceiro Mundo durante a Guerra Fria e ignorar a atuação cubana, responsável por grandes alterações à

correlação internacional de poder. Mais do que isso, é inadequado pensar, no Século XXI, em uma cooperação Sul-Sul ou em uma projeção do Movimento dos Não Alinhados e ignorar a herança histórica e ideológica da república caribenha para o Terceiro Mundo.

A resposta de como uma pequena ilha de cerca de 10 milhões de habitantes conseguiu projetar seus interesses tão profundamente no Sistema Internacional passa, principalmente, pelo seu internacionalismo. A exportação de sua revolução e o apoio dado às mais diversas revoluções e movimentos de libertação nacional moldaram a imagem externa da República Cubana e, até hoje, motivam - e inspiram - o movimento revolucionário mundial.

The role of the Cuban Revolution in third-world revolutions during the Cold War: The Cuban internationalism in Angola and Nicaragua

ABSTRACT: This article is about the role of the Cuban Revolution for the Third World, especially for Angola and Nicaragua, in the context of the Cold War. Cuba, through its foreign policy - based on internationalism and, in a certain way, on the export of its own revolution - influenced several Third World countries in their revolutionary process. For such, the exchange of personnel for overseas mission, together with its participation in military training, were of great importance. This were the means by which the Cuban state, even if small compared to the Great Powers, managed to act upon the dynamics of the Cold War, being of great importance for the geopolitical board at the time and for the establishment of zones of influence

KEYWORDS: Cuba; Revolution; Third World; Cold War; Angola; Nicaragua.

Referências

AZICRI, Max. **Cuba: Politics, Economics and Society**. London: Pinter Publishers, 1988. 300 p. (Marxist Regimes Series)

CASTELLANO, Igor. POLÍTICA EXTERNA REGIONAL DE ANGOLA: MUDANÇAS FRENTE À ORDEM SISTÊMICA (1975-2010). **Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**, Porto Alegre, v. 4, n. 7, p.139-172, Jan. /Jun. 2015.

CASTRO, Fidel. **Primera Declaración de La Habana**. 1960. Disponível em: http://www.pcc.cu/pdf/documentos/otros_doc/primeradeclaracion_habana.pdf. Acesso em: 04 dez. 2016.

CUBA. **Constitución de 1976**. 1976. Disponível em: <<https://archivos.juridicas.unam.mx/www/bjv/libros/6/2525/51.pdf>>. Acesso em: 03 dez. 2016.

DOMÍNGUEZ, Jorge. **To Make a World Safe for Revolution: Cuba's Foreign Policy**. Cambridge/London: Harvard University Press, 1989.

_____. Cuban Foreign Policy and the International System. In: TULCHIN, Joseph S.; ESPACH, Ralph H.. **Latin America in the new International System**. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 2001. Cap. 7. p. 183-206.

FERNÁNDEZ, Damian. Cuba: talking big, actin bigger. In: MORA, Frank; HEY, Jeanne (eds). **Latin American and Caribbean foreign policy**. Boulder: Rowman & Littlefield, 2003.

GLEIJESES, Piero. **Conflicting Missions: Havana, Washington and Africa, 1959-1976**. Chapel Hill: The University Of North Carolina Press, 2002. 552 p.

GELLNER, Ernest. **Nations and Nationalism**. Oxford: Blackwell, 1983.

GOTT, Richard. **Cuba: uma nova História**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

GUEVARA, Ernesto. **Mensaje a todos los pueblos del mundo a través de la Tricontinental**. 1967. Disponível em: <http://epoca2.lajiribilla.cu/2011/n514_03/514_>09.html>. Acesso em: 05 dez. 2016.

HALLIDAY, Fred. **Revolution and World Politics. The rise and fall of the sixth great power**. Durham: Duke University Press, 1999.

HOBSBAWM, Eric J. **Nações e nacionalismos desde 1789: programa, mito e realidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

KAPCIA, Antoni. **Cuba in Revolution: a history since the fifties**. London: Reaktion Books LTD., 2010.

LATIN AMERICA NETWORK INFORMATION CENTER (LANIC) (Texas). University Of Texas. **Fidel Castro speech in the closing session**. 1966. Disponível em: <<http://lanic.utexas.edu/project/castro/db/1966/19660216.html>>. Acesso em: 10 nov. 2016.

LOPES, David González. Relaciones Cuba-África: Marco para un Bojeo Bibliográfico. **Estudios Afro-asiáticos**, v. 25, n. 3, p.601-630. 2002.

LÖWY, Michael. **Nacionalismos e internacionalismos: da época de Marx até nossos dias**. São Paulo: Xamã, 2000.

PEREIRA, Analúcia Danilevicz. A Revolução Cubana: Socialismo e Terceiro-Mundismo (1959-2012). In: VISENTINI, Paulo G. Fagundes et al. **Revoluções e Regimes Marxistas: Rupturas, experiências e impacto internacional**. Porto Alegre: Editora Leitura Xxi / Nerint-ufrgs, 2013. Cap. 61. p. 246-270.

PEREIRA, Analúcia Danilevicz; MEDEIROS, Klei. A emergência da periferia no Sistema Mundial: da Conferência de Bandung à Conferência de Buenos Aires (1955-1978). **Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**, Porto Alegre, v. 4, n. 7, p.119-138, jun. 2015.

_____. A Revolução Nicaraguense: Marxismo, Nacionalismo e Teologia (1979-90). In: VISENTINI, Paulo G. Fagundes et al. **Revoluções e Regimes Marxistas:**

Rupturas, experiências e impacto internacional. Porto Alegre: Editora Leitura Xxi / Nerint-ufrgs, 2013. Cap. 62. p. 271-287.

PEREIRA, Analúcia; MEDEIROS, Klei. A emergência da periferia no sistema mundial: da Conferência de Bandung à Conferência de Buenos Aires (1955-1979). **Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**, v.4, n.7, p. 119-138, 2015.

SILVA, Marcos Antonio da. **Cuba e a eterna Guerra Fria: mudanças internas e política exterior nos anos 90.** Dourados: Ed. UFGD, 2012. Disponível em: <<http://200.129.209.183/arquivos/arquivos/78/EDITORA/catalogo/cuba-e-a-eterna-guerra-fria-mudancas-internas-e-politica-externa-nos-anos-90.pdf>>. Acesso em 02 dez. 2016.

VISENTINI, Paulo G. Fagundes et al. **Revoluções e Regimes Marxistas: Rupturas, experiências e impacto internacional.** Porto Alegre: Editora Leitura XXI / NERINT-UFRGS, 2013. 408 p.

VISENTINI, Paulo. África e as potências emergentes: o sul e a cooperação profana. **Austral: Revista Brasileira de Estratégia & Relações Internacionais**, v.3, n.5, p. 41-68, 2014.

VISENTINI, Paulo Fagundes. ÁFRICA E AS POTÊNCIAS EMERGENTES: O SUL E A COOPERAÇÃO PROFANA. **Austral: Revista Brasileira de Estratégia & Relações Internacionais** |, Porto Alegre, v. 3, n. 5, p.41-68, Jan-Jun. 2015.

WESTAD, Odd Arne. **The Global Cold War: Third World Interventions and the Making of Our Times.** New York: Cambridge University Press, 2007. 496 p.